

RELATÓRIO SOBRE A MONITORIZAÇÃO DO SETOR EMPRESARIAL LOCAL

2018

outubro 2019

Índice

I.	SUMÁRIO EXECUTIVO	1
II.	INTRODUÇÃO.....	4
III.	ENQUADRAMENTO LEGAL.....	5
IV.	EMPRESAS LOCAIS	9
IV.1.	Caracterização económico-financeira.....	9
IV.1.1.	Balanço	9
IV.1.1.1.	Ativo	10
IV.1.1.2.	Passivo e capital próprio.....	13
IV.1.1.3.	Endividamento.....	18
IV.1.2.	Demonstração de resultados.....	20
IV.1.2.1.	Rendimentos	20
IV.1.2.2.	Gastos.....	23
IV.1.2.3.	Resultados	28
IV.1.3.	Indicadores	33
IV.1.3.1.	Natureza financeira	33
IV.1.3.2.	Natureza económica.....	36
IV.1.3.3.	Natureza patrimonial.....	37
IV.2.	Conclusões Empresas locais	38
V.	PARTICIPAÇÕES LOCAIS	39
V.1.	Caracterização económico-financeira.....	39
V.1.1.	Balanço	39
V.1.1.1.	Ativo	40
V.1.1.2.	Passivo e capital próprio.....	42
V.1.1.3.	Endividamento.....	45
V.2.	Conclusões Participações locais	47

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Empresas locais balanço (2018)	10
Tabela 2 - Empresas locais ativo total (2016-2018)	10
Tabela 3 - Empresas locais ativo não corrente (2016-2018)	11
Tabela 4 - Empresas locais ativo corrente (2016-2018)	12
Tabela 5 - Empresas locais passivo total (2016-2018).....	14
Tabela 6 - Empresas locais com maior aumento do passivo (2016-2018).....	15
Tabela 7 - Empresas locais passivo não corrente (2016-2018)	16
Tabela 8 - Empresas locais passivo corrente (2016-2018)	17

Tabela 9 - Empresas locais capital próprio (2016-2018)	18
Tabela 10 - Empresas locais financiamentos obtidos - não correntes (2016-2018).....	18
Tabela 11 - Empresas locais dívidas a terceiros (2016-2018).....	19
Tabela 12 - Empresas locais com maior volume de dívidas a terceiros (2018).....	19
Tabela 13 - Empresas locais dívida bruta (2016-2018).....	20
Tabela 14 - Empresas locais rendimentos totais (2016-2018)	21
Tabela 15 - Empresas locais vendas e serviços prestados (2016-2018)	22
Tabela 16 - Empresas locais subsídios à exploração – total (2016-2018).....	23
Tabela 17 - Empresas locais gastos totais (2016-2018).....	24
Tabela 18 - Empresas locais com maior volume de gastos (2018).....	25
Tabela 19 - Empresas locais fornecimentos e serviços externos (2016-2018).....	26
Tabela 20 - Empresas locais gastos com o pessoal (2016-2018).....	26
Tabela 21 - Empresas locais gastos de depreciação e de amortização (2016-2018).....	27
Tabela 22 - Empresas locais custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (2016-2018)..	27
Tabela 23 - Empresas locais juros e gastos similares suportados (2016-2018).....	28
Tabela 24 - Empresas locais resultado líquido do exercício (2016-2018).....	28
Tabela 25 - Empresas locais com resultado líquido do exercício mais elevado (2018).....	29
Tabela 26 - Empresas locais com resultado líquido do exercício mais baixo (2018).....	30
Tabela 27 - Empresas locais resultado operacional (2016-2018).....	31
Tabela 28 - Empresas locais com resultado operacional mais elevado (2018)	31
Tabela 29 - Empresas locais com resultado operacional mais baixo (2018)	32
Tabela 30 - Empresas locais resultado financeiro (2016-2018).....	33
Tabela 31 - Empresas locais indicadores de natureza económica - rendimentos (2016-2018)	36
Tabela 32 - Empresas locais indicadores de natureza económica - gastos (2016-2018).....	37
Tabela 33 - Empresas locais indicadores de natureza patrimonial (2016-2018).....	37
Tabela 34 - Participações locais balanço (2018).....	40
Tabela 35 - Participações locais ativo total (2016-2018).....	40
Tabela 36 - Participações locais ativo não corrente (2016-2018)	41
Tabela 37 - Participações locais ativo corrente (2016-2018)	42
Tabela 38 - Participações locais passivo total (2016-2018).....	43
Tabela 39 - Participações locais passivo não corrente (2016-2018)	44
Tabela 40 - Participações locais passivo corrente (2016-2018)	44
Tabela 41 - Participações locais capital próprio (2016-2018)	45
Tabela 42 - Participações locais financiamentos obtidos - não correntes (2016-2018).....	45
Tabela 43 - Participações locais dívidas a terceiros (2016-2018).....	46
Tabela 44 - Participações locais dívida bruta (2016-2018).....	46

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Empresas locais estrutura do ativo (2016-2018).....	11
Gráfico 2 - Empresas locais ativo não corrente por componentes (2018)	12
Gráfico 3 - Empresas locais ativo corrente por componentes (2018)	13
Gráfico 4 - Empresas locais passivo e capital próprio (2016-2018).....	13
Gráfico 5 - Empresas locais estrutura do passivo (2016-2018)	14
Gráfico 6 - Empresas locais passivo não corrente por componentes (2018)	16
Gráfico 7 - Empresas locais passivo corrente por componentes (2018)	17
Gráfico 8 - Empresas locais estrutura dos rendimentos (2016-2018).....	21

Gráfico 9 - Empresas locais estrutura dos subsídios à exploração (2016-2018)	23
Gráfico 10 - Empresas locais estrutura dos gastos (2016-2018)	24
Gráfico 11 - Empresas locais indicador de natureza financeira - solvabilidade (2018)	34
Gráfico 12 - Empresas locais indicador de natureza financeira - autonomia financeira (2018)	34
Gráfico 13 - Empresas locais indicador de natureza financeira - rendibilidade de capitais próprios (2018)	35
Gráfico 14 - Empresas locais indicador de natureza financeira - rendibilidade operacional do ativo (2018)	36
Gráfico 15 - Participações locais estrutura do ativo (2016-2018)	41
Gráfico 16 - Participações locais passivo e capital próprio (2016-2018)	42
Gráfico 17 - Participações locais estrutura do passivo (2016-2018)	43

Lista de Siglas e Abreviaturas

DGAL	Direção-Geral das Autarquias Locais
RJAEL	Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)
RLE	Resultado Líquido do Exercício
SEL	Setor Empresarial Local
SIIAL	Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório tem por finalidade a caracterização económico-financeira do Setor Empresarial Local (SEL), conforme o disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (RJAEL), na sua atual redação¹.

O relatório é elaborado com recurso a diferentes fontes de informação, sendo o período de referência de dados anual. O envio da informação financeira é da responsabilidade dos municípios participantes e das entidades do setor local². A validação dos dados teve por base o balanço e a demonstração de resultados das entidades do setor local, incluindo notas ao balanço e à demonstração de resultados.

Relativamente às empresas locais, o universo da análise económico-financeira, para os anos de 2016 a 2018, é de 187 empresas, tendo sido adotados os seguintes critérios na sua seleção:

- ✓ Empresas locais existentes à data de 31 de dezembro de 2018, excluindo-se as empresas extintas e alienadas (total e parcialmente) àquela data;
- ✓ Consideradas as entidades em liquidação e em insolvência;
- ✓ Consideradas as empresas extintas no decorrer do ano de 2019.

Das 187 empresas objeto da presente análise, não foram consideradas 29 entidades pelo facto de não se dispor de elementos suficientes para a sua validação em relação aos indicadores considerados. Assim, para o ano de 2018, o relatório incide sobre 158 empresas para as quais se obteve informação para os três anos em análise (2016-2018)³.

As rubricas consideradas para a análise económico-financeira das empresas locais foram as seguintes: ativo; passivo; capital próprio; endividamento (financiamentos obtidos – não corrente, dívidas a terceiros e dívida bruta); rendimentos (vendas e serviços prestados, subsídios à exploração); gastos (fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal, gastos de depreciação e de amortização, custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, juros e gastos similares suportados); resultados (resultado líquido do exercício, resultado operacional e resultado financeiro); indicadores de natureza financeira, económica e patrimonial.

¹ A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, foi alterada pelas Leis n.º 53/2014, de 25.08, n.º 69/2015, de 16.07, n.º 7-A/2016, de 30.03, n.º 42/2016, de 28.12, n.º 114/2017, de 29.12, n.º 71/2018, de 31.12.

² A informação foi extraída dos *inputs* “Grupo Autárquico” e “Prestação de contas SEL”, anos de 2016 a 2018, do Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIAL), em 07.10.2019.

³ Os dados reportados referentes a 8 empresas locais encontram-se em validação, pelo que se revestem de carácter provisório, pese embora integrem o leque de empresas em análise. As entidades em questão estão devidamente identificadas nos anexos.

Em termos gerais, face aos dados de 2018 apurados, cabe realçar as seguintes conclusões relativamente às empresas locais:

- ✓ Ao nível do ativo, passivo e capital próprio, assiste-se a um incremento dos valores face a 2016;
- ✓ As dívidas a terceiros e a dívida bruta apresentam uma tendência contrária, tendo os respetivos valores diminuído, comparativamente a 2016, na ordem dos 4,5% e 4,3%, respetivamente;
- ✓ No passivo não corrente, os financiamentos obtidos registaram um decréscimo, no triénio, de 9,9%;
- ✓ As vendas e os serviços prestados constituíram a maior fonte de rendimento das empresas do setor local, constituindo 82% dos rendimentos totais. Os subsídios à exploração representaram 10% dos rendimentos totais;
- ✓ Os gastos totais aumentaram 69,8 M€ entre 2016 e 2018. Neste âmbito, destacam-se, com maior relevo, as componentes ‘fornecimentos e serviços externos’ e ‘gastos com pessoal’, com importância relativa de 44% e 28%, respetivamente;
- ✓ O resultado líquido do exercício fez um valor positivo de 20,1 M€, em 2018, inferior ao verificado em 2016 (31,7 M€).

O universo das participações locais considerado é de 95 entidades, com base no critério em que os municípios, respetivas associações e empresas locais detinham, em 31 de dezembro de 2018, uma participação no capital social superior a 20%. Destas, só foram considerados os dados de 57, pelo facto de não se dispor de elementos suficientes das restantes 38 relativamente aos indicadores considerados⁴.

No caso das participações locais, as rubricas incluídas na análise económico-financeira foram as seguintes: ativo; passivo; capital próprio; endividamento (financiamentos obtidos – não corrente, dívidas a terceiros e dívida bruta).

Em termos gerais, face aos dados apurados das participações locais, em 2018, cabe realçar as seguintes conclusões:

- ✓ Ao nível do ativo, passivo e capital próprio, verifica-se uma redução dos montantes registados, em comparação com o ano de 2016;

⁴ Os dados reportados referentes a 5 participações locais encontram-se em validação, pelo que se revestem de carácter provisório, pese embora integrem o leque de empresas em análise. As entidades em questão estão devidamente identificadas nos anexos.

- ✓ As dívidas a terceiros e a dívida bruta apresentam igualmente uma descida, face a 2016, que é na ordem dos 14,5% e 16,3%, respetivamente;
- ✓ Os financiamentos obtidos de médio e longo prazo diminuíram 27,4% no triénio.

Não obstante não relacionado diretamente com a análise dos dados económicos e financeiros de 2018, apresenta-se em anexo (anexo 17) uma listagem com a identificação das empresas locais extintas, bem como as participações locais alienadas.

II. INTRODUÇÃO

A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAL), na sua redação atual, prevê uma avaliação financeira anual do SEL, no qual se incluem empresas locais e participações locais, de forma a aferir a sustentabilidade das mesmas, nos termos previstos no artigo 62.º do referido diploma.

A Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), naquele âmbito, apresenta o relatório “Monitorização do Setor Empresarial Local | 2018”, em moldes similares ao documento elaborado no ano anterior, incidindo sobre a caracterização económico-financeira do SEL nos exercícios de 2016 a 2018.

A informação financeira foi obtida através da aplicação SIAL, através do *input* “Grupo Autárquico”, enviado pelos municípios, e do *input* “Prestação de Contas SEL”, cujo envio é da responsabilidade das empresas.

Os dados financeiros são sujeitos a diferentes procedimentos de validação: validações automáticas da aplicação informática SIAL que permite a recolha da informação e validação dos dados recebidos; e validações não automáticas da informação de base, que resultam do trabalho de análise e de cruzamento com outras fontes de informação existentes, designadamente com os documentos de prestação de contas das entidades.

Através do presente estudo, a DGAL pretende contribuir para a transparência das contas quer dos municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas, quer da atividade empresarial local e das participações locais, com reflexo numa melhor prossecução do interesse público.

III. ENQUADRAMENTO LEGAL

O SEL é constituído pelas entidades criadas ou participadas por entidades públicas locais - municípios, entidades intermunicipais e associações de municípios de fins específicos⁵ - para prosseguir atividades no âmbito das suas atribuições e competências, e para as quais a forma empresarial se mostra mais adequada à prossecução do interesse público do que a gestão direta, em função da especificidade técnica e material exigida – artigo 6.º, n.º 1 e artigo 20.º, n.º 4 do RJAE. O SEL integra o setor público empresarial juntamente com o setor empresarial do Estado, sendo-lhe aplicável, supletivamente, o regime constante do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 e artigo 21.º do RJAE).

O regime vigente resulta de um processo de revisão iniciado com a elaboração do «Livro Branco do Sector Empresarial Local», e cujo desenvolvimento veio a ser precipitado pelos compromissos assumidos com a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional no âmbito do Programa de Assistência Financeira, que determinaram a adoção de medidas imediatas relativas ao sector empresarial local. Este conjunto de medidas viria a ter acolhimento na Lei n.º 55/2011, de 15 de novembro, no âmbito da qual foram reforçadas as regras de transparência e informação no funcionamento do setor empresarial local, suspendendo-se também a criação de empresas locais ou a aquisição de participações em sociedades comerciais por parte das entidades públicas locais ou de entidades que integram o setor empresarial local.

Culminando o processo de revisão em curso, o regime jurídico introduzido pelo RJAE, e alterado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, e pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, procedeu a uma reconfiguração do SEL, estabelecendo uma nova regulação *da atividade empresarial local*, desenvolvida pelas empresas locais e serviços municipalizados, bem como das *participações locais*, definidas como as participações das entidades públicas locais em sociedades comerciais que não assumam a natureza de empresas locais.

No caso das empresas locais, o regime jurídico constante do RJAE introduz as seguintes inovações: consideram-se empresas locais as sociedades comerciais constituídas ou participadas pelas entidades públicas locais, e nas quais estas possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante, traduzida na detenção da maioria do capital ou direitos de voto, no direito de designar ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão, de administração ou de fiscalização, ou em qualquer outra forma de controlo de gestão (artigos 3.º e 19.º do RJAE).

Qualificam-se ainda de empresas locais as sociedades comerciais constituídas ou participadas por empresas locais, e nas quais estas exerçam uma posição dominante equivalente à prevista no n.º 1 do

⁵ A terminologia foi adaptada ao regime resultante da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

artigo 19.º, até à sua dissolução ou à alienação das participações, a ocorrer necessariamente no prazo de seis meses após a entrada em vigor da lei (n.º 1 e 2 do artigo 68.º do RJEL).

É estabelecida uma enumeração taxativa das atividades materiais que podem integrar o objeto social das empresas locais (artigos 20.º, 45.º e 48.º do RJEL).

Estabelece-se expressamente que as empresas locais são pessoas coletivas de direito privado (n.º 4 artigo 19.º do RJEL), regendo-se ainda pela lei comercial, pelos estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado.

É abolida a figura da “entidade empresarial local”, prevista no artigo 33.º e seguintes da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, e que tinha a natureza de pessoa coletiva de direito público.

Inclui-se na noção de empresa intermunicipal as empresas detidas não só por comunidades intermunicipais ou associações de municípios de fins específicos (como sucedia na vigência da Lei n.º 53-F/2006), como também as empresas detidas por dois ou mais municípios (n.º 4 do artigo 19.º do RJEL).

No âmbito das participações locais, procura-se obviar ao surgimento de um sistema empresarial local paralelo, proibindo-se as empresas locais de constituírem ou adquirirem participações em sociedades comerciais, ou criarem ou participarem em associações, fundações ou cooperativas, exceto as associações que prossigam fins não lucrativos de representação dos agentes do setor de atividade económica em que a empresa atua (artigo 38.º, na redação da Lei n.º 69/2015).

Admite-se a possibilidade de os municípios, as associações de municípios e as áreas metropolitanas criarem e participarem em fundações, cooperativas e associações de direito privado, sendo que, no caso de *régies cooperativas* e cooperativas de interesse público em que as entidades públicas participantes possam exercer influência dominante, se aplica, com as necessárias alterações, o regime das empresas locais (artigo 58.º, na redação da Lei n.º 69/2015).

Como resulta da exposição de motivos da Proposta de Lei n.º 58/XII, que deu origem ao RJEL, o novo regime jurídico visa a “otimização da relação custo-benefício das estruturas empresariais em causa, assegurando, do mesmo passo, a sua adequação e tendencial autossustentabilidade”, procurando alcançar “uma mais adequada delimitação do perímetro das entidades empresariais”. Neste sentido, o RJEL estabelece requisitos mínimos de sustentabilidade económico-financeira para a manutenção das empresas ou das participações locais, determinando a dissolução das empresas locais ou a alienação das

participações locais nas seguintes circunstâncias (artigos 62.º, na redação da Lei n.º 69/2015 e da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março):

- a) Quando ocorrer a perda de metade do capital social (artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais);
- b) Quando as vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cubram, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios, exceto no que se refere às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de ensino e formação profissional e bem assim as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura;
- c) Quando, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante seja superior a 50% das receitas, exceto no que se refere às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura;
- d) Quando, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o montante correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;
- e) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

Para as empresas locais, em alternativa à dissolução obrigatória das empresas locais que não cumpram os critérios de sustentabilidade, admite-se a transformação da empresa por via da alienação integral da participação detida pela entidade pública participante (artigo 63.º do RJAE).

Nas sociedades comerciais participadas que incorram em qualquer das situações referidas no n.º 1 do artigo 62.º do RJAE, as participações devem ser obrigatoriamente alienadas.

Admitem-se ainda a integração em serviços municipalizados, a fusão com outras empresas locais ou a internalização da atividade nos serviços das respetivas entidades públicas participantes (n.º 2 do artigo 62.º e artigos 64.º e 65.º do RJAE). No caso das associações públicas de municípios que desenvolvam atividade empresarial, admite-se, a partir da revisão operada pela Lei n.º 69/2015, a sua transformação em empresas locais (artigo 23.º-A).

A entrada em vigor do RJAE impôs uma reorganização do setor empresarial existente, determinando a lei a concretização das seguintes medidas no prazo de seis meses a contar da sua entrada em vigor:

- a) Adequação ao novo quadro legal dos estatutos das empresas locais e participadas, sob pena de se tornar obrigatória a sua dissolução ou a alienação integral das participações (n.º 1 e n.º 2 do artigo 70.º);
- b) Adaptação dos serviços municipalizados ao novo regime jurídico (n.º 6 do artigo 70.º);
- c) Dissolução das empresas locais (artigo 62.º) e alienação das participações (artigo 66.º) sempre que se verifique qualquer das situações que determinam a sua dissolução obrigatória, atendendo-se aos três anos imediatamente anteriores à entrada em vigor da lei (n.º 3 do artigo 70.º), sem prejuízo da possibilidade de transformação de empresas locais por alienação da participação pela entidade pública participante (artigo 63.º);
- d) Dissolução das sociedades comerciais dominadas por empresas locais, ou alienação integral das respetivas participações (n.º 2 do artigo 68.º);
- e) Alienação de todas as participações detidas por empresas locais em outras sociedades comerciais, bem como cessação da sua participação em quaisquer associações, fundações ou cooperativas (n.º 3 do artigo 68.º).

Quando a dissolução de empresas locais implica a internalização de atividades nos serviços das respetivas entidades públicas participantes ou a integração de atividades em serviços municipalizados, o legislador estabeleceu um regime especial em matéria de gestão dos recursos humanos destas empresas locais em processo de liquidação (n.ºs 6 a 13 do artigo 62.º). Assim:

- I. As empresas locais podem ceder às entidades públicas participantes os seus trabalhadores contratados ao abrigo do Código do Trabalho que sejam detentores de um contrato por tempo indeterminado e tenham sido admitidos pelo menos um ano antes da data da deliberação de dissolução da empresa local, na exata medida em que estes se encontrem afetos e sejam necessários à execução das atividades objeto de internalização ou integração;
- II. Os acordos de cedência devem ser celebrados no prazo de seis meses após a deliberação de dissolução da empresa local;
- III. Na pendência dos procedimentos de dissolução e de liquidação, estes trabalhadores podem candidatar-se aos procedimentos concursais exclusivamente destinados a quem seja titular de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida que sejam abertos pelas entidades públicas participantes às quais se encontrem cedidos para ocupação de postos de trabalho correspondentes às funções ou atividades que estão a executar;
- IV. Os procedimentos concursais referidos na alínea anterior devem ser abertos no prazo máximo de doze meses a contar da data de celebração dos acordos de cedência.

IV. EMPRESAS LOCAIS

IV.1. Caracterização económico-financeira

O presente ponto do relatório inclui a análise económico-financeira das empresas locais existentes a 31 de dezembro de 2018, sendo o universo analisado constituído por 187 entidades.

A caracterização económico-financeira realiza-se com base nas principais rubricas do balanço e da demonstração de resultados, entre 2016 a 2018: ativo; passivo; capital próprio; endividamento; rendimentos; gastos; resultados; e indicadores de natureza financeira, económica e patrimonial.

No período em análise, por falta de reporte de informação no SIIAL, por parte dos municípios (*input* 'Grupo Autárquico') ou por parte das empresas locais (*input* 'Prestação de Contas SEL'), não foi possível obter os dados financeiros da totalidade do universo, para todos os anos.

Devido a este constrangimento, optou-se por efetuar uma análise agregada da informação financeira, considerando apenas os dados das empresas para as quais se obteve informação nos três anos, correspondendo a um total de 158 entidades, comparando-se o mesmo universo, o que permite uma melhor perceção do sentido da evolução dos dados em causa.

Ainda assim, nas tabelas em anexo consta a informação de todas entidades para as quais se obteve informação para cada ano, 174 em 2016, 170 em 2017 e 165 em 2018, sob a designação 'Total Geral', incluindo as que não são consideradas na presente análise, por insuficiência dos dados.

Nos anexos, identifica-se, para cada indicador, o universo de empresas com dados e o valor global que lhe corresponde.

IV.1.1. Balanço

Neste ponto, afere-se o volume total das componentes do balanço das 158 empresas do sector local analisadas, em 31 de dezembro de 2018.

A totalidade das empresas em análise apresenta, em 2018, um ativo global na ordem de 2.392,5 M€ (tabela 1). Neste montante, destaca-se o peso do ativo não corrente, que constitui cerca de 80% do ativo total. No passivo, as componentes corrente e não corrente registam proporções mais equilibradas, ainda assim com ligeira preponderância do passivo não corrente, com importância relativa de 54%.

Tabela 1 - Empresas locais | balanço (2018)

Componentes do Balanço	Milhões (€)	
	2018	Peso
Ativo não corrente	1 912,5	80%
Ativo corrente	479,9	20%
Total do ativo	2 392,5	100%
Passivo não corrente	603,9	54%
Passivo corrente	513,8	46%
Total do Passivo	1 117,7	100%
Capital Próprio	1 274,7	-
Capital Próprio + Passivo	2 392,5	-

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

IV.1.1.1. Ativo

Entre 2016 e 2018, o total do ativo apresentou uma tendência de crescimento. Nestes 3 anos, o aumento cifrou-se em 45,9 M€, o que corresponde a um acréscimo de 2,0% (tabela 2).

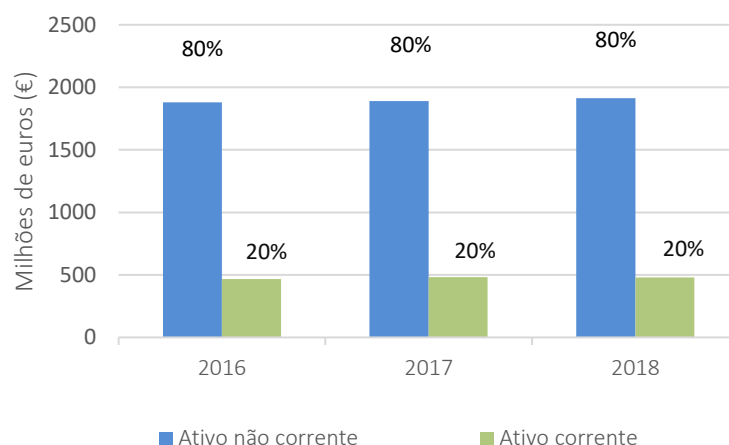
Tabela 2 - Empresas locais | ativo total (2016-2018)

	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	2 457,3	2 608,3	2 609,5	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	2 346,6	2 373,0	2 392,5	0,8%	2,0%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

O ativo não corrente assumiu, ao longo dos 3 anos analisados, um peso significativo no total do ativo, sempre na ordem dos 80%, sendo os restantes 20% relativos ao ativo corrente (gráfico 1).

Gráfico 1 - Empresas locais | estrutura do ativo (2016-2018)



Ativo não corrente

O ativo não corrente registou um incremento de 33,2 M€ entre 2016 e 2018, que se traduz em um acréscimo de 1,8%.

Tabela 3 - Empresas locais | ativo não corrente (2016-2018)

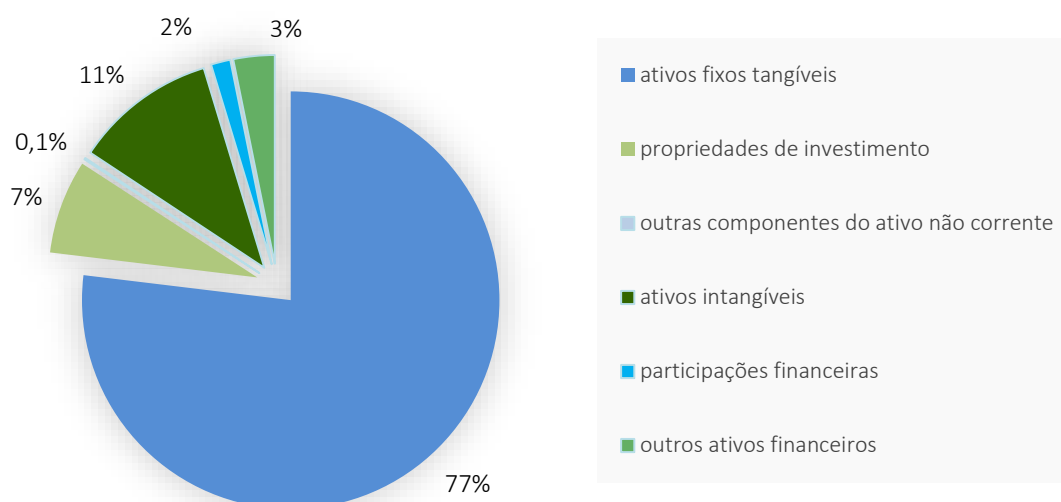
	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	1 945,1	2 016,2	2 042,7	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	1 879,3	1 890,7	1 912,5	1,2%	1,8%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

No gráfico 2 apresenta-se a importância relativa de cada componente do ativo não corrente no seu valor total, em 2018⁶. Da análise do gráfico observa-se que 77% do ativo não corrente é constituído por ‘ativos fixos tangíveis’. Destaca-se ainda nesta classe de ativos, mas não de forma tão acentuada, o peso dos ‘ativos intangíveis’ e das ‘propriedades de investimento’, na ordem dos 11% e 7%, respetivamente.

⁶ Consideram-se, neste ponto, os dados relativamente às 165 empresas locais com informação disponível para 2018, uma vez que não está em causa a comparação de dados dos vários anos.

Gráfico 2 - Empresas locais | ativo não corrente por componentes (2018)



Ativo corrente

Por observação da tabela 4, o ativo corrente registou um aumento, no triénio em apreço, de cerca de 12,6 M€, o que corresponde a um crescimento na ordem dos 2,7%.

No período analisado, esta componente do ativo apresentou um comportamento variável, que se refletiu num acréscimo entre 2016 e 2017 (15,0 M€), e numa diminuição entre 2017 e 2018 (-2,4 M€).

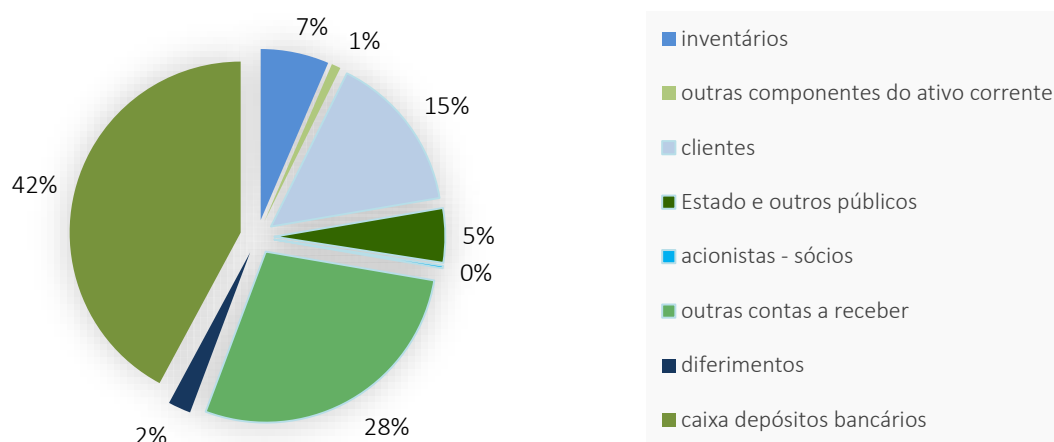
Tabela 4 - Empresas locais | ativo corrente (2016-2018)

	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	512,3	592,0	566,8	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	467,3	482,3	479,9	-0,5%	2,7%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

O gráfico 3 evidencia a relevância de cada componente do ativo corrente no seu valor total, em 2018. As componentes que assumem um maior peso são as rubricas 'caixa e depósitos bancários', 'outras contas a receber' e 'clientes', representando 42%, 28% e 15%, respetivamente.

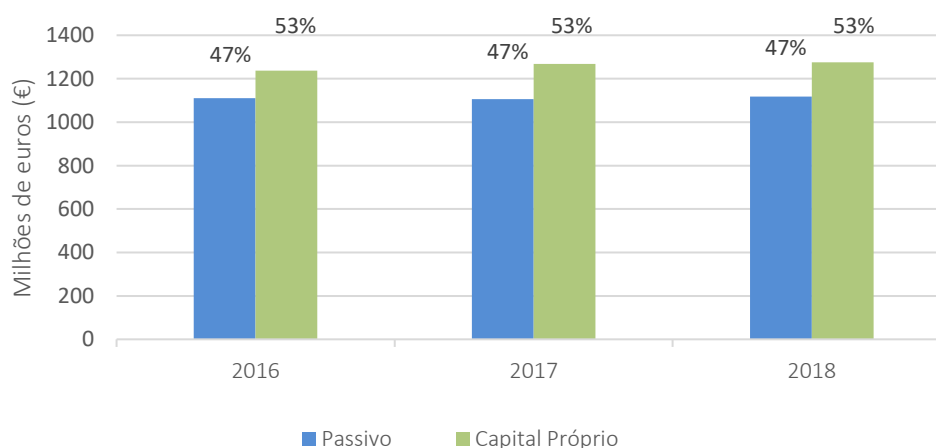
Gráfico 3 - Empresas locais | ativo corrente por componentes (2018)



IV.1.1.2. Passivo e capital próprio

O gráfico 4 reflete o peso do capital próprio e do passivo no balanço, nos exercícios de 2016 a 2018. A relevância destas componentes não se alterou, nos 3 anos analisados, sendo que, no triénio, as importâncias relativas do capital próprio e do passivo, se cifraram em, aproximadamente, 53% e 47%, respetivamente.

Gráfico 4 - Empresas locais | passivo e capital próprio (2016-2018)



Passivo

Na tabela 5 evidencia-se o valor do passivo total das 158 empresas locais analisadas. Em 2017 verificou-se uma ligeira descida do valor total, tendo esta tendência sido invertida em 2018, ano em que o seu montante atinge os 1.117,7 M€. Analisando o período de 2016 a 2018, constata-se um ligeiro aumento, na ordem dos 0,7%.

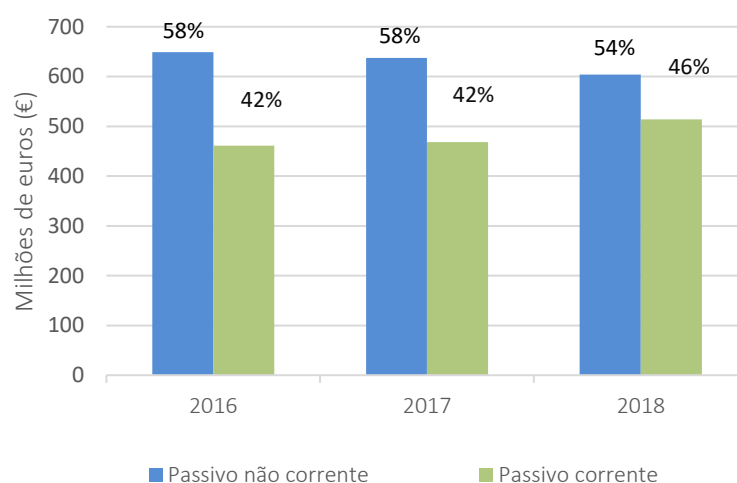
Tabela 5 - Empresas locais | passivo total (2016-2018)

	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	1 194,6	1 235,2	1 220,7	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	1 109,7	1 105,3	1 117,7	1,1%	0,7%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

O gráfico 5 apresenta o peso do passivo corrente e do passivo não corrente no passivo total. No triénio em apreço, verificou-se uma diminuição da relevância do passivo não corrente, de 58% em 2016 para 54% em 2018, acompanhada por uma tendência em sentido inverso da importância relativa do passivo corrente, que subiu de 42% para 46%, no mesmo período. Esta tendência reflete um maior financiamento das empresas em questão junto dos respetivos fornecedores.

Gráfico 5 - Empresas locais | estrutura do passivo (2016-2018)



Na tabela 6 encontram-se identificadas as 10 empresas locais que, no ano de 2018, registaram um maior incremento do passivo, em termos nominais, face a 2016.

Tabela 6 - Empresas locais com maior aumento do passivo (2016-2018)

Entidade	Milhões (€)	
	Var. 2016-2018 (valor)	Var. 2016-2018 (%)
VRSA - SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM SA	34,3	46,3%
CASCAIS PRÓXIMA - GESTÃO DE MOBILIDADE, ESPAÇOS URBANOS E ENERGIAS, E.M. - S.A.	8,9	114,5%
CASCAIS ENVOLVENTE - GESTÃO SOCIAL DA HABITAÇÃO, E.M., S.A.	8,0	1719,6%
EMARVR - ÁGUA E RESÍDUOS DE VILA REAL, EM, SA	6,6	81,6%
T.E.G.E.C. TRANCOSO EVENTOS, EMPRESA MUN. DE GESTÃO DE EQUIP. CULTURAIS E DE LAZER E.E.M.	3,9	317,4%
TUB - TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M.	3,1	39,6%
EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE BEJA, E.M.	3,0	50,3%
AC, ÁGUAS DE COIMBRA, E.M.	2,2	13,8%
MUSAMI - OPERAÇÕES MUNICIPAIS DO AMBIENTE EIM, SA	2,1	90,0%
AMBIOLHÃO-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DE OLHÃO, EM	1,9	17,4%

Na medida em que se afere uma variação significativa, em algumas empresas locais, do total do passivo do exercício de 2018 face ao ano de 2016, entende-se pertinente realizar uma breve análise sobre este ponto, tendo por base as prestações de contas das respetivas entidades.

No que diz respeito à **Cascais Envolverte – Gestão Social da Habitação, E.M., S.A.** a variação do passivo resulta, essencialmente, do acréscimo ao nível dos ‘financiamentos obtidos do passivo não corrente’, sendo que em 2016 a rubrica não registava qualquer valor e, em 2018, o montante ascendia a 7,5 M€.

Em relação à **T.E.G.E.C. Trancoso Eventos, Empresa Mun. de Gestão de Equip. Culturais e de Lazer E.E.M.**, o substancial aumento ao nível do passivo decorre do reconhecimento de provisões no valor de 5,1 M€, que estão relacionadas com rendas faturadas pela sociedade Paceteg, SA, mas não reconhecidas pela T.E.G.E.C. (4,5 M€), e com processos de contencioso fiscal com a Autoridade Tributária (0,6 M€). De referir que esta entidade se encontra em liquidação.

Passivo não corrente

Da leitura dos dados constantes na tabela 7, verifica-se uma diminuição do passivo não corrente, que em 2018 era de aproximadamente 603,9 M€, menos cerca de 44,9 M€ que no ano de 2016, o que corresponde a uma queda de 6,9% nesta rubrica.

A descida mais significativa ocorreu no período 2017-2018, com um decréscimo do passivo não corrente na ordem dos 33,3 M€.

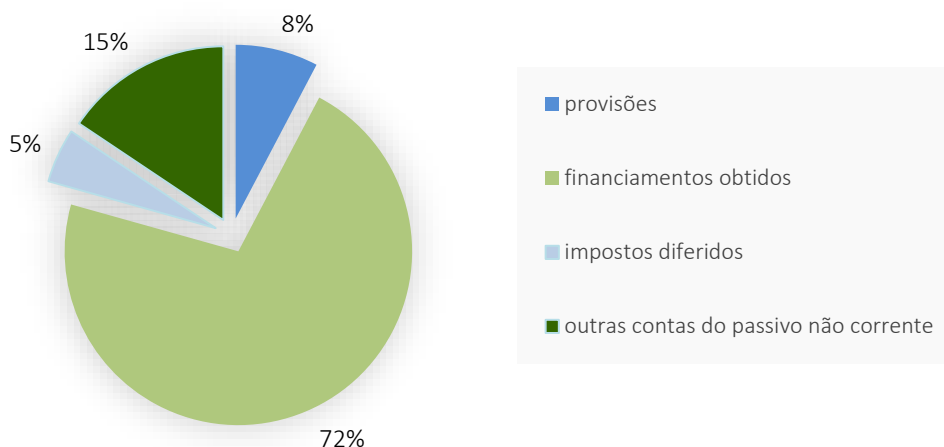
Tabela 7 - Empresas locais | passivo não corrente (2016-2018)

	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	676,2	655,0	629,9	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	648,8	637,2	603,9	-5,2%	-6,9%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

O gráfico 6 ilustra a repartição, por componentes, do passivo não corrente. A componente de maior relevância nesta rubrica é a de 'financiamentos obtidos', que representa cerca de 72% do total.

Gráfico 6 - Empresas locais | passivo não corrente por componentes (2018)



Passivo corrente

Conforme se pode observar na tabela 8, o passivo corrente aumentou no período em análise, com um acréscimo, entre 2016 e 2018, que se cifrou em 52,9 M€. O aumento mais significativo deste tipo de passivos registou-se entre 2017 e 2018, período em que o acréscimo foi da ordem dos 45,6 M€.

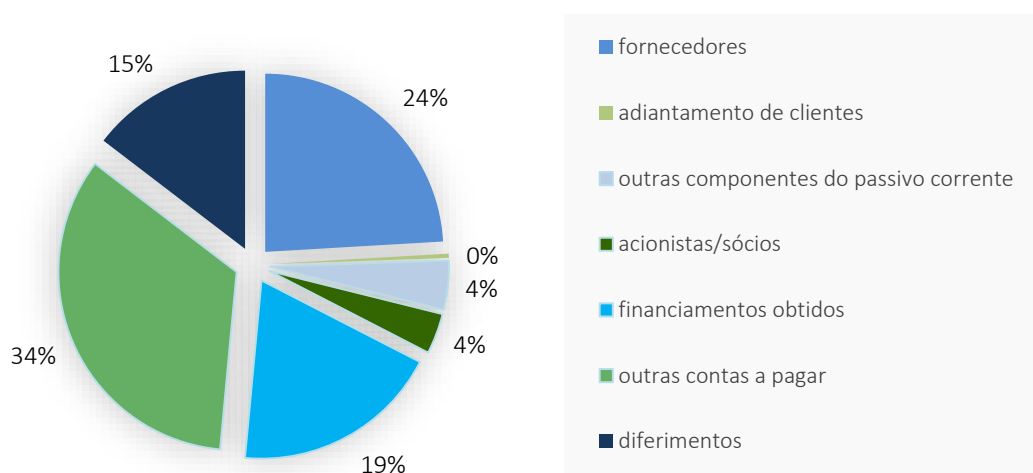
Tabela 8 - Empresas locais | passivo corrente (2016-2018)

	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	518,4	580,2	590,8	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	460,9	468,2	513,8	9,8%	11,5%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

O gráfico 7 evidencia a relevância de cada componente do passivo corrente no total desta classe de passivos, em 2018. Tal como já se verificava em 2017, as três componentes com maior peso no passivo corrente são as 'outras contas a pagar', os 'fornecedores' e os 'financiamentos obtidos', representando 34%, 24% e 19%, respetivamente.

Gráfico 7 - Empresas locais | passivo corrente por componentes (2018)



Capital próprio

A tabela 9 reflete a evolução dos capitais próprios nos três exercícios económicos em análise. Em 2018 os capitais próprios mantêm a trajetória de crescimento que tem vindo a ser registada nos anos anteriores, atingindo o valor global dos 1.274,7 M€, o que representou um aumento de 3,1% face a 2016.

Tabela 9 - Empresas locais | capital próprio (2016-2018)

	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	1 262,7	1 373,1	1 388,8	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	1 236,9	1 267,7	1 274,7	0,6%	3,1%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

IV.1.1.3. Endividamento

Ao nível do endividamento, serão analisados os financiamentos obtidos do passivo não corrente, as dívidas a terceiros e a dívida bruta.

IV.1.1.3.1. Financiamentos obtidos - passivo não corrente

O endividamento resultante do recurso a financiamentos de médio longo prazo registou, em 2018, o valor de 450,3 M€, sendo que, em 2016, o montante ascendia aos 499,9 M€. Constata-se, pois, um decréscimo em relação ao início do período em apreço em cerca de 9,9%, isto é, menos 49,6 M€ (*vide* tabela 10).

Tabela 10 - Empresas locais | financiamentos obtidos - não correntes (2016-2018)

	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	521,0	482,1	451,3	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	499,9	482,0	450,3	-6,6%	-9,9%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

IV.1.1.3.2. Dívidas a terceiros

Comparando o ano de 2018 com 2016, verifica-se que as dívidas a terceiros diminuíram cerca de 43,5 M€, traduzindo-se em menos 4,5% no ano mais recente (tabela 11).

A maior redução teve lugar entre 2017 e 2018. Neste período, a redução das dívidas a terceiros foi cerca de 30,3 M€, resultando em -3,1% de dívidas a terceiros das empresas locais analisadas.

Tabela 11 - Empresas locais | dívidas a terceiros (2016-2018)

	<i>Milhões (€)</i>				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	1 049,1	1 078,6	1 012,4	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	975,8	962,6	932,3	-3,1%	-4,5%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

Na tabela 12 estão elencadas as 10 empresas locais que registaram em 2018 o maior montante de dívidas a terceiros. Para efeitos de comparação face a 2016, apresenta-se a variação que se verificou no período em apreço. De referir que, relativamente à **Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.**, não é indicada a variação no triénio porque em 2016 esta entidade não pertencia ao universo das empresas locais.

Tabela 12 - Empresas locais com maior volume de dívidas a terceiros (2018)

Entidade	<i>Milhões (€)</i>	
	2018	Var. 2016-2018
TRATOLIXO - TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E.I.M. - EMPRESA INTERMUNICIPAL, S.A.	158,0	-1,9%
VRSA - SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM SA	72,9	3,5%
COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, E.M., S.A.	66,4	-
AGERE-EMPRESA DE ÁGUAS EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.	62,7	-0,1%
ÁGUAS DE GAIA, EM, S.A.	53,8	-13,3%
AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, EM, S.A.	34,8	-4,4%
EMEL - EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ESTACIONAMENTO DE LISBOA, E.M., S.A.	27,5	-36,9%
VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, S.A.	24,3	1,4%
A.S. - EMPRESA DAS ÁGUAS DE SANTARÉM - EM, S.A	24,0	-6,1%
CMPEA – EMPRESA DE ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO PORTO, EM	22,7	0,4%

IV.1.1.3.3. Dívida bruta

As empresas do setor local, para as quais se dispõe de dados nos 3 anos, registaram a 31 de dezembro de 2018 um total de dívida bruta⁷ de 923,3 M€, ao passo que, a 31 de dezembro de 2016, o montante era de 964,6 M€. Verificou-se, assim, uma contração da dívida bruta na ordem dos 4,3%, representando, em valor, uma redução de 41,3 M€ (tabela 13). À semelhança do que se observou na componente dívidas a terceiros, também neste agregado a descida foi particularmente acentuada entre 2017 e 2018, no montante de 32,8 M€.

Tabela 13 - Empresas locais | dívida bruta (2016-2018)

	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	995,8	1 070,2	1 001,5	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	964,6	956,1	923,3	-3,4%	-4,3%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

IV.1.2. Demonstração de resultados

Apresenta-se de seguida, para o período 2016-2018, uma análise dos principais tipos de rendimentos e de gastos das empresas do setor local, tendo sido consideradas as suas rubricas mais representativas: ‘vendas e prestação de serviços’ e ‘subsídios à exploração’ para os rendimentos e ‘fornecimentos e serviços externos’, ‘gastos com pessoal’, ‘gastos de depreciação e de amortização’, ‘custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas’ e ‘juros e gastos similares suportados’ para os gastos.

IV.1.2.1. Rendimentos

Rendimentos totais

Conforme se observa pela leitura da tabela 14, por análise do universo das empresas com informação disponível para os três anos, em 2018, os rendimentos das empresas locais aumentaram 7,3% ,face a 2016.

⁷ O conceito de dívida bruta (ou dívida orçamental) engloba as dívidas a terceiros, excluindo as dívidas não orçamentais. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, a dívida bruta ou orçamental das empresas locais apenas releva para o endividamento municipal em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação.

Tabela 14 - Empresas locais | rendimentos totais (2016-2018)

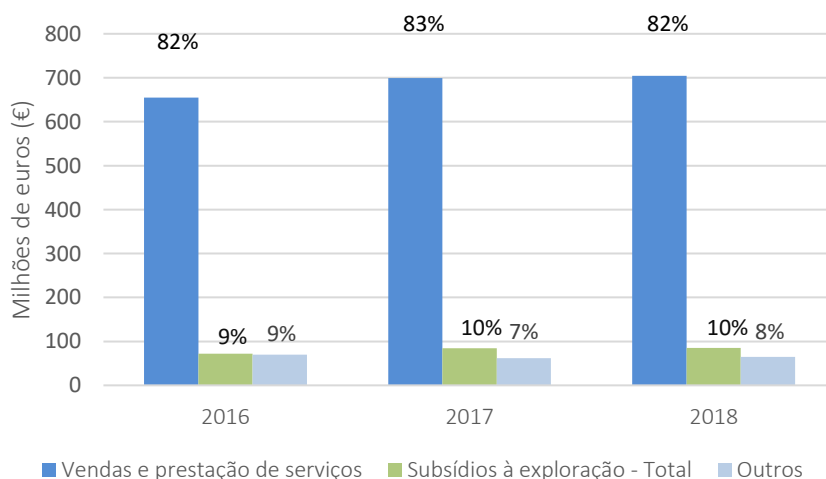
	Milhões (€)			Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
	2016	2017	2018		
Total Geral	818,0	967,5	1 003,8	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	796,3	845,2	854,4	1,1%	7,3%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

No gráfico 8 encontra-se refletido, em termos percentuais, o peso das principais rubricas na estrutura dos rendimentos, para os anos de 2016, 2017 e 2018.

A composição e a importância relativa das várias rubricas mantêm-se praticamente inalterada. As 'vendas e prestação de serviços' constituem a fonte de rendimento mais significativa, em todos os anos, representando, em 2018, 82% dos rendimentos totais do universo de empresas locais. Os 'subsídios à exploração' representam em média 10% dos rendimentos das empresas locais analisadas, sendo possível identificar um aumento de 1% no triénio.

Gráfico 8 - Empresas locais | estrutura dos rendimentos (2016-2018)



Vendas e serviços prestados

A tabela 15 apresenta a evolução dos rendimentos resultantes das ‘vendas e serviços prestados’. Em 2018, as ‘vendas e serviços prestados’ originaram rendimentos de 704,2 M€ representando, conforme referido anteriormente, 82% do total dos rendimentos das 158 entidades em análise (*vide* gráfico 8).

Considerando o universo das empresas com informação disponível para os 3 anos, constata-se um incremento da referida rubrica em 2018, face aos anos de 2016 e 2017, na ordem dos 7,5% e 0,7%, respetivamente.

Tabela 15 - Empresas locais | vendas e serviços prestados (2016-2018)

	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	672,1	807,0	825,7	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	654,9	699,1	704,2	0,7%	7,5%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

Subsídios à exploração

Nos ‘subsídios à exploração’ incluem-se as transferências efetuadas pelas entidades participantes privadas, pelas entidades participantes públicas, bem como as verbas obtidas a título de cofinanciamento comunitário de projetos, entre outras.

Considere-se os dados da tabela 16. Em 2018, as empresas locais obtiveram um montante total de aproximadamente 85,1 M€ de subsídios à exploração, no universo das 158 entidades. Destaca-se uma tendência para o aumento destes rendimentos, que cresceram, entre 2016 e 2018, 18,6%.

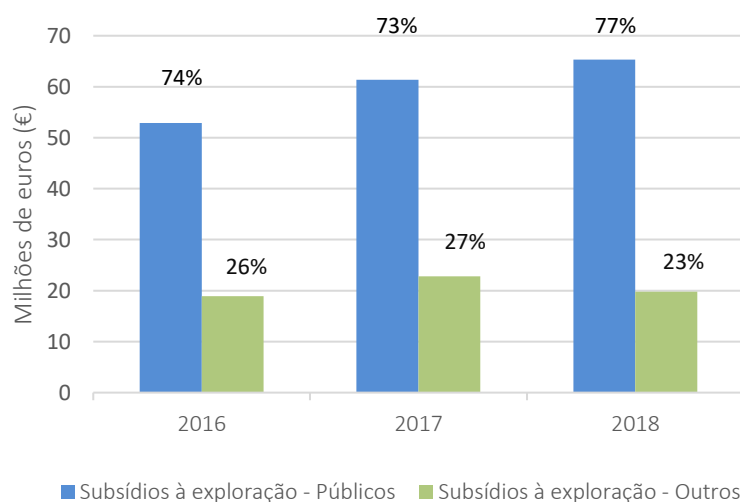
Tabela 16 - Empresas locais | subsídios à exploração – total (2016-2018)

	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	73,7	91,1	107,7	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	71,8	84,2	85,1	1,2%	18,6%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos

Da leitura do gráfico 9, constata-se que as transferências efetuadas pelos municípios representam, em todos os anos, um peso considerável no total dos subsídios à exploração recebidos pelas empresas locais, de cerca de ¾. Será de relevo notar que, ao longo do triénio, a relevância da rubrica ‘subsídios à exploração – públicos’ no total de subsídios à exploração subiu, aproximadamente, 3%.

Gráfico 9 - Empresas locais | estrutura dos subsídios à exploração (2016-2018)



IV.1.2.2. Gastos

A estrutura de gastos foi desagregada nas componentes ‘fornecimentos e serviços externos’, ‘gastos com pessoal’, ‘gastos de depreciação e de amortização’, ‘custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas’ e ‘juros e gastos similares suportados’.

Gastos totais

Conforme se evidencia na tabela 17, no conjunto das empresas do setor local em análise, os gastos totais ascenderam a 834,3 M€ em 2018, valor superior ao apurado para os anos transatos. Em termos de evolução, evidencia-se um incremento dos gastos totais na ordem dos 1,5% e dos 9,1%, face a 2017 e 2016, respetivamente.

Tabela 17 - Empresas locais | gastos totais (2016-2018)

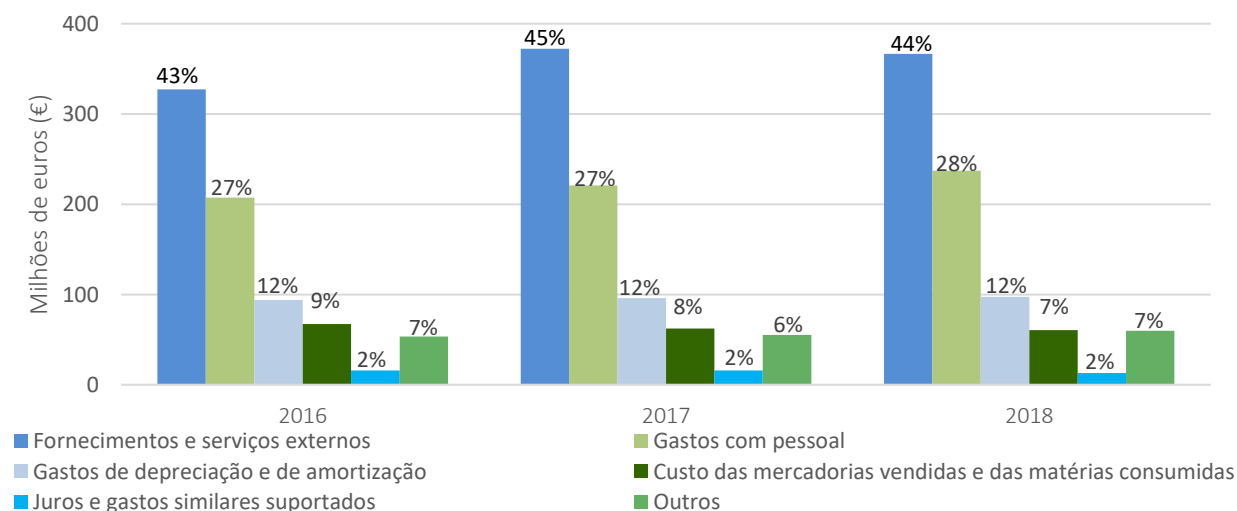
	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	786,9	940,1	974,1	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	764,5	822,3	834,3	1,5%	9,1%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

O gráfico 10 apresenta o peso de cada rubrica no total dos gastos das 158 empresas locais, no período em análise. As componentes com maior importância relativa nos gastos totais são os ‘fornecimentos e serviços externos’ e os ‘gastos com o pessoal’. A soma destas duas parcelas de gastos representou, em 2018, cerca de 72% dos gastos totais.

A relevância de cada rubrica no total dos gastos manteve-se relativamente inalterada no triénio em estudo, sendo, ainda assim, de referir a subida de cerca de 1% dos ‘fornecimentos e serviços externos’ e dos ‘gastos com o pessoal’, no cômputo total dos gastos.

Gráfico 10 - Empresas locais | estrutura dos gastos (2016-2018)



Atendendo à realidade diversificada que caracteriza o universo das empresas locais, apresenta-se de seguida a lista das 10 empresas locais com maior volume de gastos em 2018, com indicação da variação face a 2016 (*vide* tabela 18). Relativamente à **Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.** não se indica a variação no triénio, uma vez que em 2016 esta entidade não pertencia ao universo das empresas locais.

De referir que as 10 empresas a seguir identificadas, no seu conjunto, registaram gastos no total de 420,0 M€ em 2018.

Tabela 18 - Empresas locais com maior volume de gastos (2018)

Entidade	Milhões (€)	
	2018	Var. 2016-2018
COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, E.M., S.A.	109,7	-
ÁGUAS DE GAIA, EM, S.A.	58,6	-4,7%
CMPEA – EMPRESA DE ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO PORTO, EM	40,0	6,3%
EMEL - EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ESTACIONAMENTO DE LISBOA, E.M., S.A.	39,1	37,1%
TRATOLIXO - TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E.I.M. - EMPRESA INTERMUNICIPAL, S.A.	33,9	-2,4%
CMPH DOMUSSOCIAL - EMPRESA DE HABITAÇÃO E MANUTENÇÃO DO MUNICÍPIO DO PORTO, EM	31,4	38,5%
AGERE-EMPRESA DE ÁGUAS EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.	29,0	1,6%
EGEAC- EMPRESA DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ANIMAÇÃO CULTURAL, EM, S.A.	28,0	28,7%
AC, ÁGUAS DE COIMBRA, E.M.	25,3	0,0%
VRSA - SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM SA	24,9	70,2%

Fornecimentos e serviços externos

Em 2018, os gastos com ‘fornecimentos e serviços externos’ do universo das empresas locais perfizeram o montante de 366,6 M€, o que significou um decréscimo, face ao ano anterior, de cerca de menos 1,6%. Pelo contrário, comparando os anos de 2016 e de 2018, houve um aumento significativo, na ordem dos 12,0% (*vide* tabela 19).

Conforme se evidenciou no gráfico 10, os gastos com ‘fornecimentos e serviços externos’ constituem o maior volume de despesas das empresas do setor local.

Tabela 19 - Empresas locais | fornecimentos e serviços externos (2016-2018)

	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	336,0	404,0	409,8	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	327,2	372,4	366,6	-1,6%	12,0%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

Gastos com pessoal

Em 2018 os 'gastos com pessoal' das empresas do setor local totalizaram 237,0 M€. Estes gastos registam um crescimento que acelerou em 2018, passando de 7,4% em 2017, para 14,2% em 2018.

Tabela 20 - Empresas locais | gastos com o pessoal (2016-2018)

	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	214,4	279,3	304,1	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	207,5	220,6	237,0	7,4%	14,2%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

Gastos de depreciação e de amortização

Os 'gastos de depreciação e de amortização' aumentaram 3,7 M€, no período em apreço, traduzindo-se num crescimento de 4,0% (*vide* tabela 21).

Não obstante entre 2016 e 2018 se ter verificado um crescimento gradual deste tipo de gastos, o acréscimo foi mais intenso entre 2016 e 2017, em que o montante desta tipologia de gastos apresentou um incremento de 2,3 M€, correspondendo a uma variação positiva na ordem dos 2,5%.

O aumento deste tipo de gastos está relacionado, por um lado, com uma maior quantidade de ativos (ou maior valor dos mesmos) que são depreciados / amortizados e, por outro lado, deverá também prender-se com o envelhecimento desses mesmos ativos.

Tabela 21 - Empresas locais | gastos de depreciação e de amortização (2016-2018)

	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	96,5	104,4	105,5	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	93,7	96,0	97,4	1,5%	4,0%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os gastos referentes ao 'custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas' ascenderam, em 2018, a 60,6 M€, conforme exposto na tabela 22. De destacar a redução destes custos de 9,8%, no triénio em análise, confirmando-se a tendência, em 2018, de diminuição, embora com uma desaceleração, face a 2017.

Tabela 22 - Empresas locais | custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (2016-2018)

	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	67,8	79,2	79,8	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	67,2	62,4	60,6	-2,9%	-9,8%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

Juros e gastos similares suportados

No universo das empresas com informação nos 3 anos, o valor dos 'juros e gastos similares suportados' ascendeu, em 2018, a 13,0 M€, o que significou uma diminuição de 17,1% face a 2016 (*vide* tabela 23). Esta descida é explicada quer pela redução do endividamento que se verificou no universo das empresas analisadas, conforme exposto no ponto I.1.1.3. do presente estudo, quer pela redução das taxas de juro, que têm vindo a baixar e se encontram em níveis historicamente baixos.

Tabela 23 - Empresas locais | juros e gastos similares suportados (2016-2018)

	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	17,0	16,4	13,1	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	15,7	15,8	13,0	-17,3%	-17,1%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

IV.1.2.3. Resultados

Neste ponto serão analisados, em termos globais, o Resultado Líquido do Exercício (RLE), o Resultado Operacional (RO) e o Resultado Financeiro (RF).

Resultado Líquido do Exercício

No universo das empresas locais com informação disponível para os 3 anos, apurou-se em 2018 um RLE de cerca de 20,1 M€, sendo que, do universo de 158 entidades, 125 apresentaram resultados positivos e 33 resultados negativos, contribuindo deste modo para este cenário. No entanto, trata-se de um desempenho inferior ao apurado em 2016, uma vez que o RLE apurado foi de, aproximadamente, 31,7 M€ (*vide* tabela 24). No seu conjunto, o resultado líquido do exercício das 158 entidades apresenta uma evolução negativa entre 2016 e 2018, diminuindo de ano para ano.

Para este panorama contribuiu o facto de, não obstante ter ocorrido um crescimento dos rendimentos totais, entre 2016 e 2018, verificou-se um acréscimo mais significativo nos gastos totais no mesmo período, mais concretamente nas rubricas ‘fornecimentos e serviços externos’, ‘gastos com pessoal’ e ‘gastos de depreciação e de amortização’, conforme exposto no ponto I.1.2. do presente relatório.

Tabela 24 - Empresas locais | resultado líquido do exercício (2016-2018)

	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	31,0	27,4	29,7	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	31,7	22,9	20,1	-12,4%	-36,8%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

Apresentam-se, de seguida, dois cenários referentes ao RLE no ano de 2018: por um lado as empresas locais com resultados mais elevados, e por outro lado as empresas locais com resultados mais baixos (*vide* tabelas 25 e 26).

De referir que relativamente à **Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.** não se encontra indicada a variação no triénio, uma vez que em 2016 esta entidade não pertencia ao universo das empresas locais. Atendendo ao facto de terem havido algumas variações acentuadas neste âmbito, importa detalhar as suas causas, observando as alterações existentes, em valor e ao longo do triénio, das principais rubricas da demonstração de resultados.

Tabela 25 - Empresas locais com resultado líquido do exercício mais elevado (2018)

Entidade	Milhões (€)	
	2018	Var. 2016-2018
COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, E.M., S.A.	8,7	-
AGERE-EMPRESA DE ÁGUAS EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.	6,2	4,7%
CMPEA – EMPRESA DE ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO PORTO, EM	5,9	-10,6%
AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, EM, S.A.	1,7	5,3%
EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A.	1,6	38,5%
VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, S.A.	1,3	96,2%
EMARP - EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE PORTIMÃO, E.M, S.A.	1,1	-41,2%
MOVEAVEIRO - EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E.E.M.	0,8	192,8%
ADC - ÁGUAS DA COVILHÃ, EM SA	0,8	-31,2%
FIGUEIRA DOMUS - EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO DE HABITAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ, E.M	0,6	5,4%

No que concerne à **Moveaveiro - Empresa Municipal de Mobilidade E.E.M.**, trata-se de uma entidade em liquidação. A melhoria no RLE resultou da não existência de gastos com ‘fornecimentos e serviços externos’ e ‘gastos com o pessoal’ em 2018, sendo que em 2016 a soma destas duas rubricas perfez o montante de, aproximadamente, 1,0 M€.

Relativamente à **Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.**, o crescimento do RLE prendeu-se, em grande parte, com o acréscimo das ‘vendas e serviços prestados’ na ordem de 1,0 M€.

Tabela 26 - Empresas locais com resultado líquido do exercício mais baixo (2018)

Entidade	Milhões (€)	
	2018	Var. 2016-2018
T.E.G.E.C. TRANCOSO EVENTOS, EMPRESA MUN. DE GESTÃO DE EQUIP. CULTURAIS E DE LAZER E.E.M.	-3,9	-4924,3%
VRSA - SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM SA	-1,3	-451,7%
TECMAIA - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA, S.A, E.M.	-0,9	13,6%
IPARQUE - PARQUE PARA INOVAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SAÚDE, EM S.A.	-0,7	-109,6%
QUALIDADE DE BASTO - EMPRESA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TECIDO ECONÓMICO LOCAL, E.M., S.A.	-0,5	-6561,7%
PORTO VIVO, SRU - SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM, SA	-0,4	42,3%
VIEIRA-CULTURA E TURISMO EM	-0,4	-19,9%
EMA - ESTÁDIO MUNICIPAL DE AVEIRO, EEM	-0,3	-18,1%
HABÉVORA - GESTÃO HABITACIONAL, UNIPessoal LIMITADA, E.M	-0,3	-11092,7%
CIDADE EM ACÇÃO - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIP. URBANOS E.M., S.A.	-0,3	-218,6%

Em relação à **T.E.G.E.C. Trancoso Eventos, Empresa Mun. de Gestão de Equip. Culturais e de Lazer E.E.M.**, constata-se que, em termos percentuais, a diminuição do RLE em 2018, face a 2016, foi bastante expressiva. Este cenário, relativo a uma empresa em liquidação, explica-se pelo substancial aumento do valor de provisões em 2018, a que se fez referência no ponto I.1.1.2. do presente relatório.

No que concerne à **Qualidade de Basto - Empresa para o Desenvolvimento do Tecido Económico Local, E.M., S.A.**, cuja variação percentual é igualmente significativa como a da entidade referida no parágrafo anterior, a descida do RLE deveu-se em grande parte ao decréscimo de rendimentos relativos a ‘vendas e serviços prestados’ na ordem dos 0,5 M€, no período em apreço. De referir que esta entidade se encontra em liquidação. De referir que esta entidade foi igualmente referenciada no relatório do SEL respeitante a 2017, decorrente de uma significativa diminuição que já se assinalou naquele ano.

Por fim, relativamente à **Habévora - Gestão Habitacional, unipessoal limitada, E.M**, a diminuição do RLE em 2018, face a 2016, teve origem, em grande parte, no incremento de gastos com ‘fornecimentos e serviços externos’ em cerca dos 0,2 M€.

Resultado operacional

Na sua globalidade, o resultado operacional de 2018 das empresas locais atingiu os 42,9 M€, sendo que, do universo de 158 entidades, 128 tiveram resultados operacionais positivos e 30 registaram resultados negativos, contribuindo deste modo para este cenário. No entanto, este valor é inferior ao registado em 2016, cerca de 58,3 M€, refletindo um decréscimo de 26,5% (*vide* tabela 27).

Tabela 27 - Empresas locais | resultado operacional (2016-2018)

	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	59,3	54,7	52,7	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	58,3	49,6	42,9	-13,6%	-26,5%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

Encontram-se listadas, nas tabelas 28 e 29, as empresas locais que em 2018 alcançaram o maior e o menor resultado operacional. Importa analisar as variações mais significativas que existiram neste domínio.

De referir que relativamente à empresa **Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.**, não se encontra indicada a variação no triénio, na medida em que esta entidade não pertencia ao universo das empresas locais em 2016.

Tabela 28 - Empresas locais com resultado operacional mais elevado (2018)

Entidade	Milhões (€)	
	2018	Var. 2016-2018
AGERE-EMPRESA DE ÁGUAS EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.	8,6	1,9%
COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, E.M., S.A.	8,4	-
CMPEA – EMPRESA DE ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO PORTO, EM	7,7	-11,2%
AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, EM, S.A.	2,7	-2,5%
EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A.	2,6	17,0%
VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, S.A.	2,5	40,4%
TRATOLIXO - TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E.I.M. - EMPRESA INTERMUNICIPAL, S.A.	1,9	-33,1%
ÁGUAS DE GAIA, EM, S.A.	1,5	-27,8%
EMARP - EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE PORTIMÃO, E.M, S.A.	1,5	-43,6%
ADC - ÁGUAS DA COVILHÃ, EM SA	1,2	-21,7%

Relativamente à **Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.**, o crescimento do resultado operacional prendeu-se, em grande parte, com o acréscimo das ‘vendas e serviços prestados’ na ordem de 1,0 M€.

A EMARP - Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, E.M, S.A. apresentou um decréscimo significativo do resultado operacional, no período em análise. Por análise aos mapas de demonstração de resultados verifica-se que na origem desta diminuição está o facto de os gastos com ‘fornecimentos e serviços externos’ e ‘gastos com pessoal’ apresentarem aumentos de cerca de 1,1 M€ e 0,8 M€, respetivamente, que não foram totalmente compensados pelo crescimento das ‘vendas e serviços prestados’, de cerca de 1,2 M€.

Tabela 29 - Empresas locais com resultado operacional mais baixo (2018)

Entidade	Milhões (€)	
	2018	Var. 2016-2018
T.E.G.E.C. TRANCOSO EVENTOS, EMPRESA MUN. DE GESTÃO DE EQUIP. CULTURAIS E DE LAZER E.E.M.	-3,9	-4924,9%
TECMAIA - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA, S.A, E.M.	-0,9	13,5%
IPARQUE - PARQUE PARA INOVAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SAÚDE, EM S.A.	-0,5	-170,6%
QUALIDADE DE BASTO - EMPRESA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TECIDO ECONÓMICO LOCAL, E.M., S.A.	-0,5	-1204,8%
VIEIRA-CULTURA E TURISMO EM	-0,4	-20,5%
EMA - ESTÁDIO MUNICIPAL DE AVEIRO, EEM	-0,3	-20,9%
HABÉVORA - GESTÃO HABITACIONAL, UNIPessoal LIMITADA, E.M	-0,3	-748,0%
PORTO VIVO, SRU - SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM, SA	-0,3	52,0%
COMBANIMA - ESPAÇOS MUNICIPAIS, EM	-0,2	-393,3%
AMADORA INOVATION, E.M. UNIPessoal LDA	-0,2	49,0%

As empresas locais **T.E.G.E.C. Trancoso Eventos, Empresa Mun. de Gestão de Equip. Culturais e de Lazer E.E.M., Qualidade de Basto - Empresa para o Desenvolvimento do Tecido Económico Local, E.M., S.A. e Habévora - Gestão Habitacional, unipessoal limitada, E.M** foram as que apresentaram variações negativas mais expressivas neste âmbito, sendo que as justificações para este resultado foram já identificadas anteriormente no presente ponto, na seção relativa ao RLE.

Resultado financeiro

Durante os 3 anos analisados, verifica-se que o resultado financeiro agregado foi sempre negativo. Não obstante, destaca-se a variação positiva desta rubrica em cerca de 18,1%, no período em apreço (*vide* tabela 30). De referir que apenas 12 empresas registam resultados financeiros positivos em 2018, enquanto 118 refletem nas suas contas resultados negativos, a este nível.

Tabela 30 - Empresas locais | resultado financeiro (2016-2018)

	Milhões (€)				
	2016	2017	2018	Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
Total Geral	-16,5	-15,9	-12,5	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	-15,2	-15,3	-12,4	18,8%	18,1%

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

IV.1.3. Indicadores

Os indicadores constantes no presente relatório encontram-se estruturados de acordo com a natureza dos mesmos: financeira; económica e patrimonial.

IV.1.3.1. Natureza financeira

Neste ponto é apresentada a caracterização da situação financeira do universo de empresas locais em matéria de estrutura financeira, através dos rácios da solvabilidade e da autonomia financeira. Serão ainda analisados indicadores de rentabilidade (rentabilidade de capitais próprios e rentabilidade operacional do ativo).

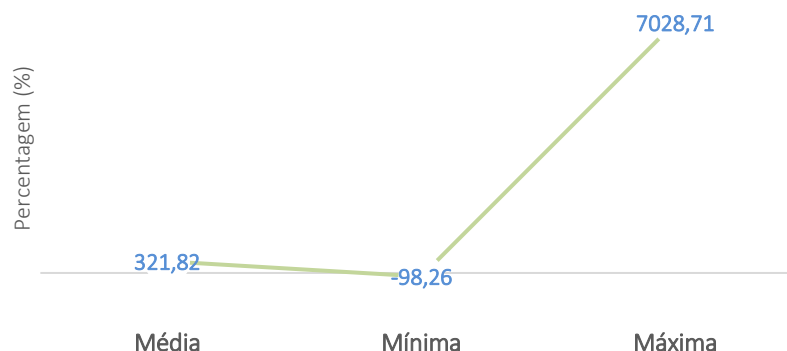
IV.1.3.1.1. Solvabilidade

Entende-se a solvabilidade como o instrumento que permite medir a cobertura do total de passivo pelo capital próprio⁸, ou seja, traduz a capacidade de uma entidade pagar as dívidas existentes com o seu capital próprio. Um elevado valor do rácio da solvabilidade significa uma forte estabilidade financeira.

A informação disponível permite identificar a existência, em 2018, de 15 empresas locais, no universo de 158, em que o índice de solvabilidade é negativo. O gráfico 11 contém informação sobre as principais medidas da distribuição do rácio em apreço, em 2018.

⁸ Capitais Próprios / Passivo Total * 100.

Gráfico 11 - Empresas locais | indicador de natureza financeira - solvabilidade (2018)



O valor mínimo apresentado de solvabilidade é relativo à entidade **Ocidentalmais, E.M.**, uma vez que os capitais próprios assumiram o montante negativo de 126 731 €, ao passo que o passivo total foi 128 980 €. Trata-se de uma entidade que se encontra em fase de liquidação.

IV.1.3.1.2. Autonomia financeira

O indicador da autonomia financeira realiza uma comparação entre o capital próprio e o total do ativo⁹, ou seja, reflete a proporção dos ativos que são financiados com capital próprio. Quanto mais elevado for este rácio, maior é a estabilidade financeira da entidade e quanto mais baixo, maior é a sua vulnerabilidade.

Constata-se a existência, em 2018, de 15 empresas locais, no universo de 158, em que o índice de autonomia financeira é negativo. As principais medidas da distribuição deste rácio, em 2018, encontram-se visíveis no gráfico 12.

Gráfico 12 - Empresas locais | indicador de natureza financeira - autonomia financeira (2018)



⁹ Capitais Próprios / Ativo Total * 100.

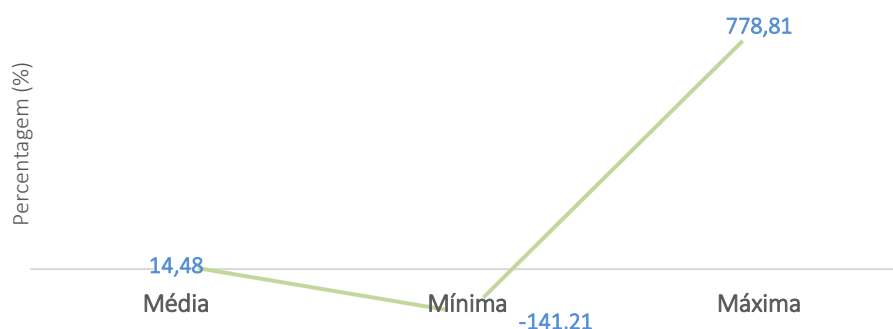
O valor mínimo apresentado de autonomia financeira diz respeito à entidade **Ocidentalmais, E.M.**, uma vez que o capital próprio assumiu o montante negativo de 126 731 €, ao passo que o total do ativo ascendeu a 2 249 €. Conforme já referido anteriormente, trata-se de uma entidade se encontra em liquidação.

IV.1.3.1.3. Rendibilidade de capitais próprios

Para efeitos de cálculo do indicador da rendibilidade dos capitais próprios, efetuou-se a divisão do resultado líquido do exercício pelos capitais próprios¹⁰. Um elevado valor do presente rácio traduz uma performance positiva da entidade na utilização dos seus recursos próprios para gerar retornos financeiros.

O gráfico 13 contém informação sobre as principais medidas da distribuição estatística da rendibilidade de capitais próprios, em 2018, aplicadas ao universo das empresas locais com informação disponível.

Gráfico 13 - Empresas locais | indicador de natureza financeira - rendibilidade de capitais próprios (2018)



O valor mínimo apresentado de rendibilidade de capitais próprios foi registado pela entidade **Carnes de Vinhais - Sociedade de Abate e Transformação de Carne, E.M. S.A.**, uma vez que os capitais próprios assumiram o montante de 32 889 €, ao passo que o resultado líquido do exercício registou um valor negativo de 46 442 €.

IV.1.3.1.4. Rendibilidade operacional do ativo

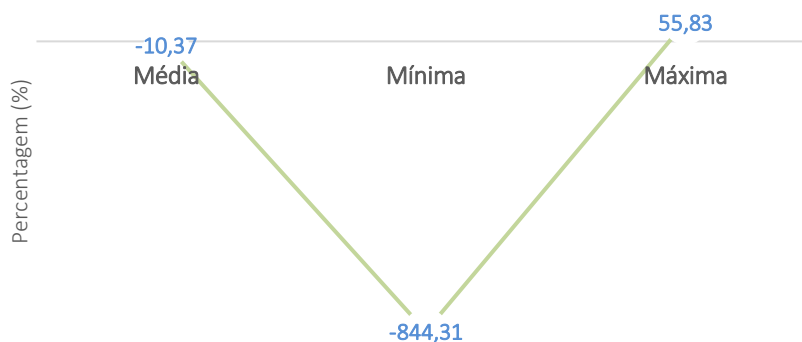
Para o cálculo da rendibilidade operacional do ativo procedeu-se à divisão dos resultados operacionais pelo total do ativo¹¹. Quanto maior for o valor deste rácio, melhor será a performance operacional da entidade, significando que os seus ativos estão a ser utilizados de forma eficaz e a produzir resultados adequados.

¹⁰ Resultado Líquido do Exercício / Capitais Próprios * 100

¹¹ Resultados Operacionais / Ativo Total * 100.

No gráfico 14 consta a informação sobre as principais medidas da distribuição estatística da rentabilidade operacional do ativo, em 2018, aplicadas ao universo das empresas locais com informação disponível.

Gráfico 14 - Empresas locais | indicador de natureza financeira - rentabilidade operacional do ativo (2018)



O valor mínimo apresentado de rentabilidade operacional do ativo diz respeito à entidade **Ocidentalmais, E.M.**, uma vez que o total do ativo perfez o montante de 2 249 €, ao passo que o resultado operacional é negativo em 18 985 €. De salientar que esta entidade se encontra em liquidação.

IV.1.3.2. Natureza económica

Expõem-se, neste ponto, indicadores de natureza económica, ou seja, rendimentos e gastos, referentes às empresas locais para as quais existe informação disponível no triénio 2016-2018.

IV.1.3.2.1. Rendimentos

Os indicadores de natureza económica relativos aos rendimentos resultantes da atividade do universo das empresas locais, entre 2016 e 2018, encontram-se evidenciados na tabela 31.

Tabela 31 - Empresas locais | indicadores de natureza económica - rendimentos (2016-2018)

Indicador	2016	2017	2018
Vendas e prestação de serviços / Rendimentos totais (%)	82,3	82,7	82,4
Subsídios à exploração - Públicos / Subsídios à exploração - Total (%)	73,7	72,9	76,7
Subsídios à exploração - Total / Rendimentos totais (%)	9,0	10,0	10,0

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

IV.1.3.2.2. Gastos

Na tabela 32 são evidenciados os principais indicadores de natureza económica calculados com os gastos resultantes da atividade do universo das empresas locais, entre 2016 e 2018.

Tabela 32 - Empresas locais | indicadores de natureza económica - gastos (2016-2018)

Indicador	2016	2017	2018
Fornecimentos e serviços externos / Gastos totais (%)	42,8	45,3	43,9
Gastos com pessoal / Gastos totais (%)	27,1	26,8	28,4
Gastos de depreciação e amortização / Gastos totais (%)	12,3	11,7	11,7
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas / Gastos totais (%)	8,8	7,6	7,3
Juros e gastos similares suportados / Gastos totais (%)	2,1	1,9	1,6

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

IV.1.3.3. Natureza patrimonial

Os indicadores de natureza patrimonial referentes às rubricas do balanço no final do exercício económico de 2018 são expostos na tabela 33.

Tabela 33 - Empresas locais | indicadores de natureza patrimonial (2016-2018)

Indicador	2016	2017	2018
Capitais próprios / Ativo total (%)	52,7	53,4	53,3
Passivo total / Ativo total (%)	47,3	46,6	46,7
Passivo total / Capitais próprios (%)	89,7	87,2	87,7
Dívida a terceiros / Passivo total (%)	87,9	87,1	83,4
Financiamentos obtidos (Não Correntes) / Dívida a terceiros (%)	51,2	50,1	48,3

Nota: 158 entidades com informação nos 3 anos.

IV.2. Conclusões | Empresas locais

1. O ativo total das empresas locais atingiu, em 2018, o valor global de 2 392,5 M€, que corresponde a um incremento de 2,0%, face a 2016;
2. Ao nível do passivo total, verificou-se, em 2018, um aumento de 0,7% comparativamente a 2016, tendo atingido o montante de 1 117,7 M€;
3. No que diz respeito à estrutura do balanço, em 2018 o passivo representou 47%, enquanto o capital próprio foi de 53%;
4. Em matéria de endividamento, em 2018, observa-se o seguinte:
 - 4.1. Os financiamentos obtidos de médio longo prazo atingiram, em valores globais, 450,3 M€, que representam 48,3% das dívidas a terceiros;
 - 4.2. As dívidas a terceiros diminuíram em relação a 2016, sendo a descida de 4,5%;
 - 4.3. A dívida bruta ou orçamental das empresas locais atingiu os 923,3 M€, o que significou, ainda assim, uma redução de 4,3%, no triénio em análise;
5. Os rendimentos totais, em 2018, perfizeram 854,4 M€. Comparativamente a 2016, o aumento foi de 7,3%;
6. Os rendimentos das empresas do setor local são provenientes, na sua maior parte, das vendas e dos serviços prestados. Em 2018, esta rubrica gerou rendimentos na ordem dos 704,2 M€, cerca de 82% do total;
7. Os gastos totais, em 2018, ascenderam a 834,3 M€. O incremento face a 2016 foi de 9,1%;
8. Os fornecimentos e serviços externos são a rubrica com maior representação nos gastos totais (44%), atingindo os 366,6 M€ em 2018, mais 12,0% do que em 2016;
9. No que respeita aos resultados, e com foco em 2018, destaca-se o seguinte:
 - 9.1. Em termos globais, registou-se, um resultado líquido do exercício de 20,1 M€, face a 31,7 M€, em 2016. Do universo de 158 entidades, 125 obtiveram resultados positivos;
 - 9.2. No conjunto das empresas locais, o resultado operacional atingiu, em 2018, a importância de 42,9 M€, menos 26,5% do que montante apurado em 2016;
 - 9.3. Os resultados financeiros foram globalmente negativos, no triénio em apreço. Não obstante, verifica-se que esta tipologia de resultados registou uma melhoria na ordem dos 18,1%, entre 2016 e 2018.

V. PARTICIPAÇÕES LOCAIS

V.1. Caracterização económico-financeira

O presente ponto do relatório inclui a análise económico-financeira das empresas que assumem a natureza de participações locais, existentes a 31 de dezembro de 2018, sendo o universo analisado constituído por 95 entidades.

A caracterização económico-financeira é efetuada com base nas principais rubricas do balanço e da demonstração de resultados, para o período de 2016 a 2018, nomeadamente: valores do ativo, passivo e capital próprio; importâncias dos financiamentos obtidos do passivo não corrente, dívidas a terceiros e dívida bruta.

Tal como já se referiu para as empresas locais, no período em análise, por falta de reporte de informação no SIIAL, por parte dos municípios (*input* 'Grupo Autárquico') ou por parte das empresas locais (*input* 'Prestação de Contas SEL'), não foi possível obter os dados financeiros da totalidade do universo, para todos os anos.

Deste modo, optou-se por efetuar uma análise agregada da informação financeira, considerando apenas os dados das empresas para as quais se obteve informação nos três anos, correspondendo a um total de 57 entidades, comparando-se o mesmo universo, o que permite uma melhor perceção do sentido da evolução dos dados em causa.

No entanto, e mantendo o critério adotado para as empresas locais, as tabelas em anexo contêm também a informação de todas as entidades para as quais se obteve informação para cada ano, 72 em 2016, 66 em 2017 e 63 em 2018, sob a designação 'Total Geral'.

Nos anexos, identifica-se, para cada indicador, o universo de empresas com dados e o valor global que lhe corresponde.

V.1.1. Balanço

Neste ponto analisa-se, para o ano de 2018, o volume total das componentes do balanço das 57 entidades pertencentes ao grupo das participações locais.

A totalidade destas empresas apresentou, em 2018, um ativo global de cerca de 819,5 M€ (tabela 34). Dentro do ativo, destaca-se o peso do ativo não corrente com uma percentagem na ordem dos 76%. O passivo, por sua vez, sendo constituído pelas componentes corrente e não corrente, e à semelhança do que se constatou no grupo das empresas locais analisado anteriormente no presente relatório, apresenta ligeira preponderância do passivo não corrente, com uma relevância de, aproximadamente, 54%.

Tabela 34 - Participações locais | balanço (2018)

Componentes do Balanço	Milhões (€)	
	2018	Peso
Ativo não corrente	620,5	76%
Ativo corrente	199,0	24%
Total do ativo	819,5	100%
Passivo não corrente	260,5	54%
Passivo corrente	221,9	46%
Total do Passivo	482,4	100%
Capital Próprio	337,1	-
Capital Próprio + Passivo	819,5	-

Nota: 57 entidades com informação nos 3 anos.

V.1.1.1. Ativo

O valor total dos ativos do grupo das empresas em análise no presente ponto sofreu uma diminuição de 7,9%, entre 2016 e 2018, totalizando, no ultimo exercício analisado, 70,2 M€.

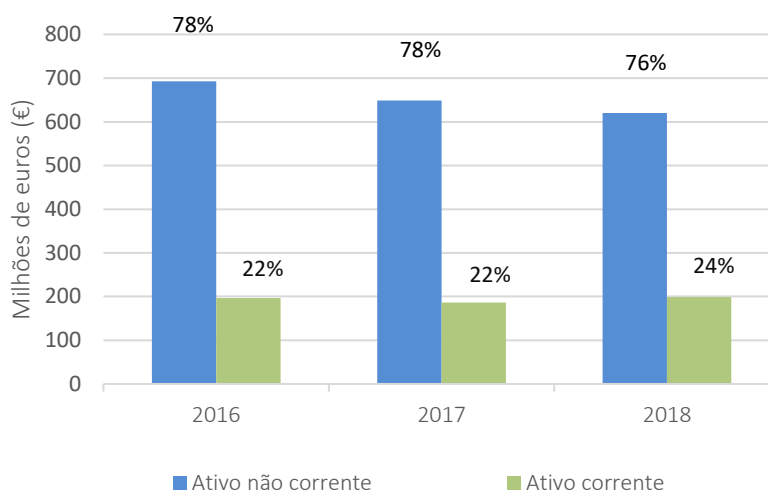
Tabela 35 - Participações locais | ativo total (2016-2018)

	Milhões (€)			Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
	2016	2017	2018		
Total Geral	1 053,9	951,5	847,5	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	889,7	835,4	819,5	-1,9%	-7,9%

Nota: 57 entidades com informação nos 3 anos.

O gráfico 15 esquematiza o peso do ativo corrente e do ativo não corrente no ativo total. Ao longo do triénio, a importância relativa do ativo não corrente no total do ativo sofreu uma diminuição na ordem dos 2%, passando de 78% para 76%, o contrário se verificando no ativo corrente, que regista um aumento de 2%, sendo que em 2018 representa cerca de 24% do ativo total.

Gráfico 15 - Participações locais | estrutura do ativo (2016-2018)



Ativo não corrente

O ativo não corrente diminuiu 72,2 M€ entre 2016 e 2018, o que, em termos relativos, representou menos 10,4%. A redução observada de 2016 para 2017 foi na ordem dos 44,0 M€ (tabela 36).

Tabela 36 - Participações locais | ativo não corrente (2016-2018)

	Milhões (€)			Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
	2016	2017	2018		
Total Geral	812,7	732,8	641,2	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	692,7	648,7	620,5	-4,4%	-10,4%

Nota: 57 entidades com informação nos 3 anos.

Ativo corrente

Contrariamente ao verificado ao nível do ativo não corrente, os valores do ativo corrente apresentaram uma variação pouco significativa, entre 2016 e 2018 (+1,9 M€), o que percentualmente se traduziu em um acréscimo de 1,0%. No entanto, entre 2016 e 2017, este agregado sofreu um decréscimo significativo, de 10,4 M€, que foi mais do que compensado no ano seguinte pelo aumento de 12,3 M€.

Tabela 37 - Participações locais | ativo corrente (2016-2018)

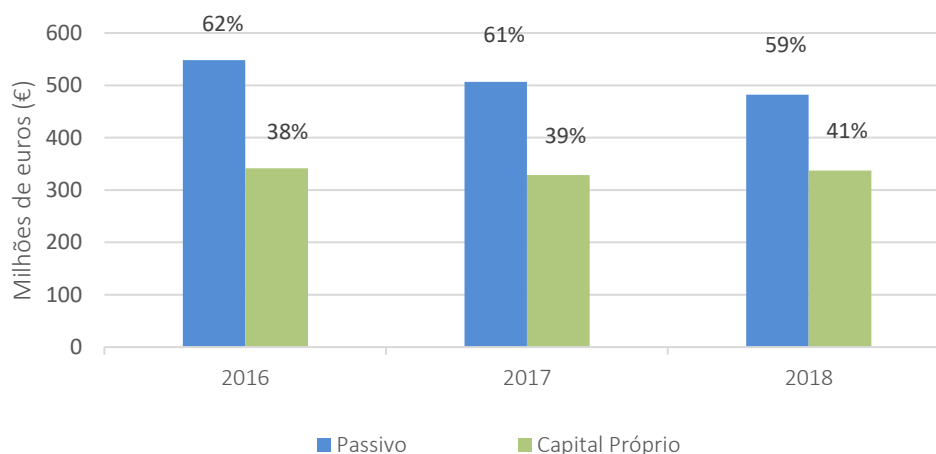
	Milhões (€)			Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
	2016	2017	2018		
Total Geral	241,3	218,7	206,3	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	197,1	186,7	199,0	6,6%	1,0%

Nota: 57 entidades com informação nos 3 anos.

V.1.1.2. Passivo e capital próprio

O gráfico 16 reflete a importância relativa do capital próprio e do passivo no total destas 2 componentes do balanço, nos exercícios de 2016 a 2018. Constata-se que, no decorrer dos 3 anos, o peso de cada componente se alterou, sendo que no caso do passivo se registou uma diminuição de, aproximadamente, 3%. O contrário se verificou, naturalmente, ao nível do peso do capital próprio, que aumentou, no triénio, de 38% para 41%. Trata-se de uma situação diversa da verificada no grupo das empresas locais, nas quais o capital próprio assume maior relevância, em termos de valores globais.

Gráfico 16 - Participações locais | passivo e capital próprio (2016-2018)



Passivo

Na tabela 38 evidencia-se o valor do passivo total das 57 entidades analisadas. No período analisado, o passivo registou uma contração de cerca de 12,0%, com uma tendência decrescente. Em 2018, o passivo era de cerca de 482,4 M€.

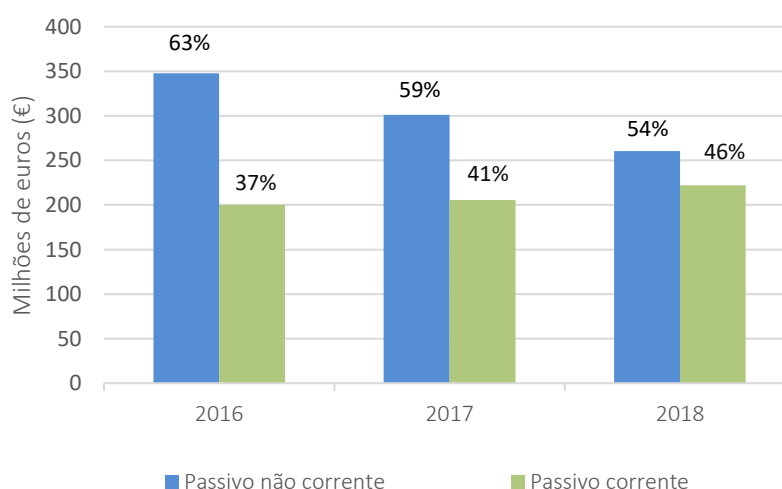
Tabela 38 - Participações locais | passivo total (2016-2018)

	<i>Milhões (€)</i>			<i>Var. 2017-2018</i>	<i>Var. 2016-2018</i>
	2016	2017	2018		
Total Geral	727,3	645,0	504,9	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	548,0	506,8	482,4	-4,8%	-12,0%

Nota: 57 entidades com informação nos 3 anos.

O gráfico 17 apresenta a relevância do passivo corrente e do passivo não corrente no passivo total. Conforme se pode constatar, o passivo corrente foi assumindo ao longo dos 3 anos um peso crescente na estrutura do passivo, passando de 37% para 46%. O passivo não corrente, pelo contrário, foi assumindo ao longo dos anos uma menor importância relativa neste âmbito, baixando de 63% para 54%, entre 2016 e 2018. Esta situação é análoga ao que se verificou no grupo das empresas locais, que também registaram, no mesmo período, um aumento do peso relativo do financiamento junto dos respetivos fornecedores.

Gráfico 17 - Participações locais | estrutura do passivo (2016-2018)



Passivo não corrente

Conforme decorre do exposto, o passivo não corrente reflete uma tendência decrescente no período analisado, totalizando em 2018 cerca de 260,5 M€, menos 87,4 M€ do que no ano de 2016, ou seja, uma redução de 25,1%.

Tabela 39 - Participações locais | passivo não corrente (2016-2018)

	<i>Milhões (€)</i>			<i>Var. 2017-2018</i>	<i>Var. 2016-2018</i>
	2016	2017	2018		
Total Geral	460,4	378,2	276,4	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	347,9	301,2	260,5	-13,5%	-25,1%

Nota: 57 entidades com informação nos 3 anos.

Passivo corrente

Conforme se pode observar através da tabela 40, o valor do passivo corrente aumentou ao longo do triénio. Deste modo, verifica-se um acréscimo, de 2016 para 2018, de, aproximadamente, 10,9%, ou seja, cerca de 21,7 M€.

Tabela 40 - Participações locais | passivo corrente (2016-2018)

	<i>Milhões (€)</i>			<i>Var. 2017-2018</i>	<i>Var. 2016-2018</i>
	2016	2017	2018		
Total Geral	266,9	266,8	228,5	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	200,2	205,6	221,9	7,9%	10,9%

Nota: 57 entidades com informação nos 3 anos.

Capital próprio

A tabela 41 reflete a evolução dos capitais próprios nos três exercícios económicos em análise. Em 2018 o capital próprio atingiu um valor global na ordem dos 337,1 M€, refletindo uma variação negativa de 1,3%. Conforme se pode constatar, esta componente do balanço sofreu uma redução de 2016 para 2017 em, aproximadamente, 13,1 M€, situação que se inverteu em 2018, com um acréscimo de cerca de 8,5 M€, em relação ao ano anterior.

Tabela 41 - Participações locais | capital próprio (2016-2018)

	Milhões (€)			Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
	2016	2017	2018		
Total Geral	326,6	306,5	342,6	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	341,7	328,6	337,1	2,6%	-1,3%

Nota: 57 entidades com informação nos 3 anos.

V.1.1.3. Endividamento

Ao nível do endividamento serão examinados os financiamentos obtidos do passivo não corrente, as dívidas a terceiros e a dívida bruta.

V.1.1.3.1. Financiamentos obtidos - passivo não corrente

O endividamento resultante do recurso a financiamentos de médio longo prazo registou, em 2018, o montante global de 135,3 M€, o que representou uma diminuição significativa face ao montante registado em 2016, de 186,5 M€. Em relação ao início do período analisado, este decréscimo foi de 27,4%, isto é, menos 51,2 M€ (*vide* tabela 42).

Tabela 42 - Participações locais | financiamentos obtidos - não correntes (2016-2018)

	Milhões (€)			Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
	2016	2017	2018		
Total Geral	299,0	236,3	145,6	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	186,5	159,3	135,3	-15,1%	-27,4%

Nota: 57 entidades com informação nos 3 anos.

V.1.1.3.2. Dívidas a terceiros

Comparando o ano de 2018 com 2016, verifica-se que ocorreu um decréscimo das dívidas a terceiros na ordem dos de 60,5 M€, que correspondem a menos 14,5% (tabela 43).

Tabela 43 - Participações locais | dívidas a terceiros (2016-2018)

	Milhões (€)			Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
	2016	2017	2018		
Total Geral	595,7	510,4	374,6	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	416,6	373,7	356,1	-4,7%	-14,5%

Nota: 57 entidades com informação nos 3 anos.

V.1.1.3.3. Dívida bruta

As entidades para as quais se dispõe de dados nos 3 anos registaram a 31 de dezembro de 2018 um total de dívida bruta¹² na ordem dos 348,5 M€, ao passo que, a 31 de dezembro de 2016 o total era cerca de 416,4 M€. Verifica-se, assim, uma diminuição de, aproximadamente, 16,3%, representando em valor absoluto uma redução de 67,9 M€ (tabela 44).

Tabela 44 - Participações locais | dívida bruta (2016-2018)

	Milhões (€)			Var. 2017-2018	Var. 2016-2018
	2016	2017	2018		
Total Geral	595,1	510,3	367,0	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	416,4	373,6	348,5	-6,7%	-16,3%

Nota: 57 entidades com informação nos 3 anos.

¹² Dívidas a terceiros, excluindo as dívidas não orçamentais. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, a dívida bruta ou orçamental das empresas locais apenas releva para o endividamento municipal em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (RJAEL), na sua atual redação.

V.2. Conclusões | Participações locais

1. O ativo total das entidades atingiu em 2018, o montante global de 819,5 M€, menos 7,9% face a 2016;
2. Ao nível do passivo total verificou-se, em 2018, uma diminuição comparativamente a 2016, tendo atingido o valor de 482,4 M€. A descida face a 2016 foi de 12,0%;
3. Os dados de 2018 indicam que, relativamente ao peso na estrutura do balanço, o passivo representou 59%, enquanto os capitais próprios tiveram uma importância relativa de 41%;
4. Em matéria de endividamento, em 2018, observa-se o seguinte:
 - 4.1. Os financiamentos obtidos de médio e longo prazo atingiram, globalmente, 135,3 M€, o que representou 38,0% das dívidas a terceiros;
 - 4.2. As dívidas a terceiros diminuíram em relação a 2016. O decréscimo foi de 14,5%;
 - 4.3. A dívida bruta ou orçamental das entidades participadas atingiu o montante de 348,5 M€, que corresponde a uma descida de 16,3%.

Em Anexo,

- Anexo 1 Empresas locais | ativo
- Anexo 2 Empresas locais | passivo
- Anexo 3 Empresas locais | capitais próprios
- Anexo 4 Empresas locais | endividamento
- Anexo 5 Empresas locais | rendimentos
- Anexo 6 Empresas locais | gastos
- Anexo 7 Empresas locais | resultados
- Anexo 8 Empresas locais | indicadores de natureza financeira (solvabilidade / autonomia financeira)
- Anexo 9 Empresas locais | indicadores de natureza financeira (rendibilidade de capitais próprios / rendibilidade operacional do ativo)
- Anexo 10 Empresas locais | indicadores de natureza económica (rendimentos)
- Anexo 11 Empresas locais | indicadores de natureza económica (gastos)
- Anexo 12 Empresas locais | indicadores de natureza patrimonial
- Anexo 13 Participações locais | ativo
- Anexo 14 Participações locais | passivo
- Anexo 15 Participações locais | capitais próprios
- Anexo 16 Participações locais | endividamento
- Anexo 17 Entidades extintas em 2019

www.portalautarquico.dgal.gov.pt